

Resumo

A transição do Estado Social, intervencionista e garante de bem-estar, para o Estado Regulador, focado na eficiência e na iniciativa da sociedade civil, ocorrida a partir da década de 80 do século XX, motiva uma profunda reflexão sobre a gestão e as políticas públicas e, em particular, sobre a gestão do setor empresarial público.

A definição das políticas públicas e a administração pública em geral parecem crescentemente influenciadas por princípios e procedimentos próprios do setor privado de atividades; o *new governance* de Bevir aponta para uma administração mais próxima do mercado, regulando-se por normas próprias deste setor.

Da análise das teorias do governo societário, parece ser possível concluir que o *governance* do setor público tende, nos nossos dias, a substituir abordagens hierárquicas e burocráticas por uma administração transparente, centrada no *empowerment* das pessoas e na capacidade de resposta, afirmando o *Metagovernance*: o Estado passou a assegurar o *governance*, promovendo-o.

Paralelamente, a definição do conceito de *corporate governance*, tradicionalmente associado à gestão das sociedades de capital aberto, cotadas ou emitentes, suscitou interesse na comunidade científica e tem registado um considerável desenvolvimento, com relevantes repercussões, em particular legislativas.

A promoção deste conceito, que significa a aplicação de boas práticas de gestão e de um especial enfoque no serviço da administração das empresas aos interesses dos seus acionistas, ganhou, nos nossos dias, em Portugal, especiais atualidade e pertinência. O acréscimo do *valor societário* resultante da assunção dos princípios de *corporate governance*, comprovado no setor empresarial privado, convidam à sua importação definitiva para o setor empresarial público e questionam o recurso à organização empresarial por parte do Estado, como parecem comprovar as privatizações ocorridas no setor, nos últimos anos.

Caracterizado o setor empresarial público e definido o conceito de *corporate governance*, são estabelecidas, no presente trabalho, pontes de contacto e a possibilidade e a necessidade de o assumir neste setor económico de atividade tendo, precisamente, por base as particularidades da gestão da coisa pública e do interesse público.

Desta realidade, emerge a indispensabilidade de implementar tanto um processo pedagógico sobre o tema, como um suporte da aplicabilidade do *corporate governance*

às empresas do setor público, através da proposta de um normativo particular dedicado. As disposições dos normativos conhecidos, emanados pela CMVM — Comissão do Mercado de Valores Mobiliários e pelo próprio IPCG – Instituto Português de *Corporate Governance*, são especialmente orientadas para as sociedades de capital aberto, emitentes ou cotadas, expressando, embora, um convite à sua aplicabilidade a outros tipos de sociedades. Por este motivo, é formulada uma proposta de normativo dedicado ao setor, subsidiário do Código de Governo Societário do Instituto Português de *Corporate Governance*, que se intitulou de *Subcódigo de Governo das Sociedades de Capitais Públicos e das Sociedades Participadas*.

Em *Corporate Governance e setor empresarial público – Contributo para um normativo regulador* é, desta forma, deixado um desafio para que seja promovida uma rutura de pensamento no sentido de estender às sociedades que integram o setor empresarial público as exigências de *accountability* que se conhecem às sociedades de capital aberto, cotadas ou emitentes. O setor passa, deste modo, a contar com um normativo contendo referências explícitas à necessidade de bom desempenho organizacional e à monitorização apertada e devidamente instituída.

O contributo para as reformas dos pensamentos económico e político daí adveniente e, em particular, para a consciencialização dos cidadãos e dos gestores públicos, determinará para este tipo de sociedades uma clara definição dos direitos e deveres do(s) acionista(s), especiais exigências de transparência, *reporting* e *auditing*, a definição de regras claras no relacionamento entre administração e acionista(s), entre outros aspetos de elementar relevância, como seja o processo de seleção de membros dos seus órgãos sociais.

Palavras-Chave: *Corporate Governance*, setor empresarial público, código de governo societário, empresas públicas, empresas locais e participações.